



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DA BAHIA**



**Comissão de Prevenção  
e Enfrentamento do  
Assédio Moral, do  
Assédio Sexual  
e da Discriminação**

## Curso de Capacitação de Magistrados do Tribunal de Justiça

### PROJETO DE CURSO PARA CREDENCIAMENTO NA ENFAM

#### INFORMAÇÕES DA ESCOLA:

**Nome da Escola:** Universidade Corporativa – UNICORP

**Natureza da Escola:** Escola Institucional, integrante da estrutura do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

**Endereço:** 5ª Avenida do CAB nº 560, anexo 2, 5ª andar, CEP 404425-060, Salvador – BA.

**Telefones:** (71) 3483-3811 / 3483-3819

**Endereço Eletrônico:** <http://unicorp.tjba.jus.br/unicorp/>

#### Responsáveis Técnicos da Escola:

Coordenador-Geral: Juiz Paulo Roberto Santos de Oliveira

Secretário-Geral: Marcus Vinícius Fernandes

Coordenadora Pedagógica: Priscilla Viana Fortunato

Diretor da Escola: Desembargador Mário Augusto Albiani Júnior

Mandato do Diretor: 2022 – 2024

#### IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

**Nome do Curso:** Curso de gestão para prevenção e combate de condutas assediosas e discriminatórias

**Natureza:** Curso Formação Continuada para fins de promoção/remoção por merecimento e vitaliciamento na carreira de magistrados.

**Coordenadora Pedagógica do Curso:** Desa. Joalice Maria Guimarães de Jesus

**Modalidade:** ( ) Presencial (X) À Distância

**Público alvo:** Magistrados

**Carga horária:** 20 horas

**Número de vagas:** 40

**Período de inscrição:** 18/07 à 04/08/2022

**Período de realização:** 08 à 16 de agosto.

**Link de acesso ao ambiente virtual de aprendizagem – AVA UNICORP:**

**Link de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem:**

<https://ead.tjba.jus.br/unicorpead/course/view.php?id=421>

**Link da sala de aula virtual:** <https://call.lifesizecloud.com/5940193>

## VISÃO GERAL

### EMENTA

#### Módulo I

Gestão de pessoas, influência no ambiente organizacional e importância nos resultados alcançados. Conceito, poderes, funções, aplicabilidade e estilos de liderança na gestão de pessoas. Desenvolvimento de competências e sua aplicabilidade.

#### Módulo II

Assédio e discriminação nas convenções internacionais e na CF/88. Legislação infraconstitucional e Resolução 351/2020 do CNJ. Conceito, modalidades e características do assédio e da discriminação. Consequências para a vítima, a sociedade e o poder público. Meios probatórios do assédio e da discriminação. Tipificação penal. O delito de *Stalking*. Assédio moral no setor público.

#### Módulo III

Justiça restaurativa como mecanismo para a resolução de conflitos: comunitário e judicial. Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça. Princípios e valores restaurativos. Aplicações práticas da Justiça Restaurativa: círculo de construção de paz, mediação vítima – ofensor – comunidade, conferências.

#### Módulo IV

Liderança positiva e liderados engajados; comunicação não violenta interpessoal e motivação no trabalho. Dinâmica de constituição de equipes de alto desempenho e alta produtividade. Do comprometimento a confiança através da valorização do sujeito com o exercício humanizado de poder na gestão participativa. A incorporação de práticas restaurativas no ambiente de trabalho.

## JUSTIFICATIVA

Diante da Resolução n.º 351/2020 do Conselho Nacional de Justiça, instituiu-se a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Âmbito do Poder Judiciário, fomentando tribunais estaduais a adotarem medidas que suplantem o exercício abusivo do poder administrativo, caracterizado por ações persistentes e desproporcionais ao sujeito e que afetam as relações sociais e trabalhistas.

Em 09 de março de 2022, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia publicou o Decreto Judiciário n.º 214, instituindo uma Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e outras Formas de Discriminação em cada grau de jurisdição e, em seguida, foram editados os Decretos Judiciários 372 e 373, ambos de 05 de maio de 2022 que designaram, respectivamente, os membros das Comissões de 2º e 1º Graus de Poder Judiciário Baiano.

Nesse cenário, o curso proposto pelas Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao assédio moral, assédio sexual e outras formas de discriminação do Estado da Bahia busca fomentar a construção de ambientes produtivos, saudáveis e com Qualidade de Vida no Trabalho.

Para tal intento, o presente curso de capacitação contará com a participação de profissionais das áreas de: Administração, Direito e Psicologia, que ministrarão aulas teóricas e práticas nas áreas mais modernas da Gestão de Pessoas e de Processos visando construir uma nova mentalidade no ambiente organizacional, em face de princípios como a humanidade, o respeito e a dignidade humana.

### **OBJETIVO GERAL**

**Promover** competências relacionadas à gestão de pessoas, com a melhoria do ambiente organizacional e das relações interpessoais entre os servidores e também os cidadãos jurisdicionados.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Conscientizar os magistrados quanto às ações de prevenção e combate às condutas discriminatórias e de assédio, moral ou sexual;
- Aprimorar a gestão de pessoas que se encontrem sob a responsabilidade do magistrado;
- Estimular a adesão a condutas e políticas preventivas a todas as formas de assédio e discriminação, como reflexo do compromisso institucional com a Agenda 2030 da ONU;
- Reconhecer condutas que possam evidenciar comportamento assediado ou discriminatório e adotar meios para preveni-las e combatê-las no ambiente institucional.

### **METODOLOGIA**

O curso será realizado de modalidade a distância, mediado por tecnologia através das plataformas disponibilizadas pela UNICORP, e contará com aulas expositivas dialogadas e metodologia ativa, com a participação dos discentes em fóruns organizados e estimulados pelos tutores.

Fórum de consolidação do aprendizado diário, computando 1h/dia

### **ATUAÇÃO DOS TUTORES**

1. Ser um agente de engajamento entre os discentes e o curso;
2. Atender as demandas dos discentes com relação as dúvidas que vier surgir sobre o curso ou as aulas;
3. Facilitar a comunicação entre o professor e o discente;
4. Responder as perguntas nos fóruns.

### **RESPONSABILIDADE DO DISCENTE**

1. Acessar regulamente o ambiente de curso para organizar o estudo e as atividades propostas pelo docente;
2. Observar o prazo do envio da atividade a ser postada;
3. Executar as atividades solicitadas pelo docente através de vídeo ou imagem.

## ESTRUTURA DO CURSO

	Data/ Horário	Temática	Metodologia Ativas	Modalidade	Formador	C.H	
		Módulo I: Administração	Aula expositiva dialogada (4h/a) e fórum de discussão (1h/a)	Ensino à Distância (EaD). Observando-se a Instrução Normativa n.º 01, de 03.05.2017, da ENFAM, com a presença de 01 (um) tutor – devidamente capacitado para tanto – para cada grupo de 40 (quarenta) alunos.	Bruno de Magalhães Oliveira Costa	5	
		Módulo II: Direito	Aula expositiva dialogada (4h/a) e fórum de discussão (1h/a)	Ensino à Distância (EaD). Observando-se a Instrução Normativa n.º 01, de 03.05.2017, da ENFAM, com a presença de 01 (um) tutor – devidamente capacitado para tanto – para cada grupo de 40 (quarenta) alunos.	Dra Ana Barbuda e Dra Daniela Gonzaga	5	
		Módulo III: Justiça Restaurativa	Aula expositiva dialogada (4h/a) e fórum de discussão (1h/a)	Ensino à Distância (EaD). Observando-se a Instrução Normativa n.º 01, de 03.05.2017, da ENFAM, com a presença de 01 (um) tutor – devidamente capacitado para tanto – para cada grupo de 40 (quarenta) alunos.	Desa Joalice Maria Guimarães de Jesus  Dra. Janine Ferraz  Dr. Rodrigo Britto	5	
		Módulo IV: Psicologia	Aula expositiva dialogada, Gamificação (4h/a) e fórum de discussão (1h/a)	V Ensino à Distância (EaD). Observando-se a Instrução Normativa n.º 01, de 03.05.2017, da ENFAM, com a presença de 01 (um) tutor – devidamente capacitado para tanto – para cada grupo de 40 (quarenta) alunos.	Psicóloga Cristina Goulart	5	

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### Módulo I

**Carga horária:** 5h

**Conteúdo Programático:** Gestão de pessoas, influência no ambiente organizacional e importância nos resultados alcançados. Conceito, poderes, funções, aplicabilidade e estilos de liderança na gestão de pessoas. Desenvolvimento de competências e sua aplicabilidade.

**Metodologia:**

- Aula Expositiva Dialogada
- Apresentação e desenvolvimento do conteúdo
- Apresentação de Vídeos

**Atividade:**

Proposição de contextos organizacionais para análise de elementos da administração e da gestão, bem como formas de gerir em face das práticas modernas e estratégias corporativas.

**Material pedagógico:**

1. Textos selecionados
2. Fichas de competências
3. Formulários de objetivos da gestão

**Envio da atividade do discente:**

Entrega via participação em fórum no moodle

**Docente:** Bruno de Magalhães Oliveira Costa

**Suporte no Fórum**

**Carga horária para desenvolvimento das atividades:**

4h/a – aula síncrona

1h – Fórum de discussão no moodle

### Módulo II

**Carga horária:** 5h

**Conteúdo Programático:** Assédio e discriminação nas convenções internacionais e na CF/88. Legislação infraconstitucional e Resolução 351/2020 do CNJ. Conceito, modalidades e características do assédio e da discriminação. Consequências para a vítima, a sociedade e o poder público. Meios probatórios do assédio e da discriminação. Tipificação penal. O delito de *Stalking*. Assédio moral no setor público.

**Metodologia:**

As aulas são expositivas com exemplos de aplicação prática de cada caso. Para uma maior assimilação são propostos questionários e problemas práticos para desenvolvimento e debate.

**Atividade:**

Desenvolvimento de competências e habilidades através de debates e proposição de análise de determinados eventos apresentados em sala.

**Material pedagógico:**

- Textos selecionados
- Catálogo de leis
- Jurisprudências sobre assédio moral, sexual e discriminação

**Envio da atividade do discente:**

Entrega via participação em fórum no moodle

**Docente:** Dra Ana Conceição Barbuda / Dra Daniela Gonzaga

**Suporte no Fórum****Carga horária para desenvolvimento das atividades:**

4hh/a – aula síncrona

1h – Fórum de discussão no moodle

**Módulo III**

**Carga horária:** 5h

**Conteúdo Programático:** Justiça restaurativa como mecanismo para a resolução de conflitos: comunitário e judicial. Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça. Princípios e valores restaurativos. Aplicações práticas da Justiça Restaurativa: círculo de construção de paz, mediação vítima – ofensor – comunidade, conferências.

**Metodologia:**

- Exposição Participativa
- Estudo de casos

**Atividade:**

Apresentação de princípios da justiça restaurativa, através da exposição participada com identificação de paradigmas de modelos antigos.

**Material pedagógico:**

- Textos selecionados
- Vídeos

**Envio da atividade do discente:**

Entrega via participação em fórum no moodle

**Docente:** Desa. Joanice Maria Guimarães de Jesus / Dra. Janine Ferraz / Dr. Rodrigo Britto

**Suporte no Fórum****Carga horária para desenvolvimento das atividades:**

4h/a – aula síncrona

1h – Fórum de discussão no moodle

**Módulo IV**

**Carga horária:** 5h

**Conteúdo Programático:**

Liderança do sec. XXI: positiva e liderados engajados; Comunicação não violenta na liderança e engajamento no trabalho. Dinâmica de constituição de equipes de alto desempenho e alta produtividade. Do comprometimento a confiança através da valorização do sujeito com o exercício humanizado de poder na gestão participativa. Os efeitos das práticas restaurativas no ambiente de trabalho.

**Metodologia:**

Exposição participada e dialógica, desenvolvimento do conhecimento através de vivências e práticas integrativas. Estudo de casos.

**Atividade:**

Consiste em metodologia teórico-prático-vivencial, na qual os participantes desenvolverão competências e habilidades em interação com o grupo. Princípios éticos e epistemológicos humanitários como base das atividades.

**Material pedagógico:**

Textos, artigos e livros em pdf.

Vídeos

Recursos audiovisuais

**Docente:** Maria Cristina Vianna Goulart

**Carga horária para desenvolvimento das atividades:**

4 h/a – aula síncrona

1h – Fórum de discussão no moodle

## SISTEMA DE AVALIAÇÃO

### 1. Avaliação do aluno

Será realizada através das participações dialógicas durante as aulas e nos fóruns de discussão propostos pelos tutores

### 2. Autoavaliação

Após o término das aulas, o discente terá acesso a um questionário, através da plataforma institucional, com perguntas de avaliação pessoal com relação ao curso e aprendizado. O aluno seguirá um critério de avaliação através de um formulário que consta; A) bom B) muito bom C) regular D) insuficiente e um registro reflexivo com tais perguntas: O que agregou? Como será útil? Como ele vai contribuir após esse curso?

### 3. Avaliação de Reação

Ao final do curso, será aplicada a avaliação, conforme documento anexo.

## FREQUÊNCIA

Será computada mediante a presença on-line.

Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) para ter o certificado de conclusão.

## FORMADORES E TUTORES

### **Joanice Maria Guimarães de Jesus:**

Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Presidente do Comitê Gestor do Núcleo de Justiça Restaurativa do 2º Grau – TJBA. Presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio moral, Assédio sexual e outras formas de discriminação do 2º Grau do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Especialista em Ciências Criminais, em nível de pós-graduação "*lato sensu*", pela Universidade da Amazônia – UNAMA. Especialista em Direito do Estado, em nível de pós-graduação "*lato sensu*", pela Faculdade Baiana de Direito. Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

### **Ana Conceição Barbuda Sanches Guimarães Ferreira**

Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio moral, Assédio sexual e outras formas de discriminação do 1º Grau do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Pós-doutora em direito pela UFBA. Doutora em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Novos Direitos pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Família na Sociedade Contemporânea pela

Universidade Católica do Salvador. Pós-graduada em Civil e Processo Civil da Faculdade Baiana de Direito. Pós-graduada em Relações Familiares e Contextos Sociais pela UCSAL. Pós-graduada em Direito Canônico pela UCSAL e Pós-graduada em Atividade Judicante pela UFBA. Pós-graduada em Atividade notarial e registrar. Exerce desde o ano de 1990 o cargo de magistrada na Bahia. Foi Professora de Direito Constitucional e Direito Civil e Direito Processual Civil da Universidade Católica do Salvador. Desenvolve Atividade de Docência na Escola Nacional de Magistrados (ENFAM) como Formadora e na Escola de Magistrados da Bahia (EMAB) e Unicorp. Foi Juíza Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça do Estado da Bahia responsável pelos Serviços Extrajudiciais e Juíza Assessora da vice-presidência do TJBA, responsável pela sessão de Recursos. Atualmente, exerce função judicante na 6ª Turma Recursal da Fazenda Pública em Salvador. Coordenadora do Núcleo de Gestão de Demandas de Massa (NUGEDM) do TJBA. Membro do Centro de Inteligência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (CIJEB) Integrante da EMN Escola da magistratura Nacional.

### **Daniela Guimarães Andrade Gonzaga**

Mestra em Segurança Pública, Justiça e Cidadania pela UFBA. Pós-graduada em Direito Civil e Processo Civil da Faculdade Baiana de Direito. Pós-graduada em Tutela dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos pela Universidade da Amazônia. Exerce desde o ano de 1996 o cargo de magistrada na Bahia. Foi Juíza Auxiliar da Corregedoria das Comarcas do Interior do Estado da Bahia no biênio 2008-2009 e Presidente da Comissão Estadual de Adoção Internacional. Atualmente, exerce função judicante na 6ª Vara de Relações de Consumo em Salvador. Membro da CEJAI/BA. Integrante da Comissão de 1º grau de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

### **Janine Soares de Matos Ferraz**

Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz (1998); Especialista em Gestão e Desenvolvimento de Seres Humanos pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisa Visconde de Cairu (2002); Especialista em Grandes Transformações Processuais pela UNAMA (2008); Especialista em Docência do Ensino Superior EAD, pela FTC (2011); Facilitadora de Círculos de Construção de Paz, pela UNICORP (2018), também pela Moinho de Paz (2019), pelo Instituto Pazes (2020), pelo Diálogos Transformativos – Paulo Moratelli (2020) e pela Escola da AJURIS (2020); Facilitadora em Conferência Vítima Ofensor pela Eastern Mennonite University – Virginia – Washington – EUA (2019); Facilitadora no método STAR (Estratégias para consciência e cura do trauma e resiliência) pela Eastern Mennonite University – Virginia – Washington – EUA (2019); Facilitadora em CNV, pelo Instituto Konekti (2019); Instrutora de Facilitadores em Justiça Restaurativa pela UNICOOP (2019); Atualmente é Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; Membro da equipe de Formadores da ENFAM / STJ – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados; Membro da Clínica de Direitos Humanos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Membro da Comissão Científico-pedagógica do Núcleo de Justiça Restaurativa do 2º Grau do PJBA; Pós-graduada em Justiça Restaurativa pela Faculdade Madre Thaís; Mestranda em Segurança Pública, Justiça, Cidadania e Direitos Humanos pela UFBA, com

pesquisa em Integração da Segurança Pública com a Justiça Restaurativa, com foco na Polícia Militar da Bahia. Juíza Coordenadora do Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania – CEJUSC de Poções com ações de Práticas Restaurativas na comunidade; Idealizadora e responsável pelo Projeto de construção de paz “Coração de Tinta”.

### **Rodrigo Souza Britto**

Juiz do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA). Ingressou na Magistratura no ano de 2013. É graduado em Direito pela Unifacs e pós-graduado em Direito Tributário pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Facilitador de Círculos de Construção de Paz, pela UNICORP (2018), também pela Moinho de Paz (2019) e Diálogos Transformativos – Paulo Moratelli (2020). Facilitador de Constelador Familiar e Sistêmico, bem como Constelador Estrutural. Mediador Judicial em Formação pelo Conselho Nacional de Justiça. Professor em várias instituições de ensino, como Brasil Jurídico, Unigrad, Ênfase e Êxito OAB; Membro da Comissão Científico-pedagógica do Núcleo de Justiça Restaurativa do 2º grau do PJBA;

### **Maria Cristina Vianna Goulart**

Possui Bacharelado e Licenciatura em Psicologia pelo Centro de Estudos Superiores de Londrina (1981) e Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador (2006). Docente no curso de Capacitação de Facilitadores no curso de Justiça Restaurativa, pelo Tribunal de Justiça da Bahia, desde 2007. Coordenadora da Equipe Multidisciplinar do Programa de Justiça Restaurativa do TJBA. Psicanalista, associada ao Instituto de Psicanálise da Bahia desde 2010. Coordenadora e supervisora do Serviço de Psicologia da Faculdade FTC - Salvador, 2007-2011. Coordenadora da Clínica Escola da Faculdade do Santíssimo Sacramento de Alagoinhas e como também professora e supervisora de Estágio Específico I e II em Psicanálise, 2011-2015. Professora e supervisora de Estágio em Psicanálise com crianças e Psicanálise na Interface com a Justiça de no Centro Universitário Jorge Amado de 2014-2018. Coordenadora do Curso de Psicologia Jurídica e Mediação de Conflitos na Universidade do Salvador- BA desde 2018. Coordenação no curso de Bacharel em Psicologia da Fundação Visconde de Cairu, desde junho de 2018 a julho de 2022. Professora do curso de Bacharel em Psicologia Professora de Psicologia Jurídica. Supervisora de Estágio Clínica Psicanalítica. Atua como Perita e Facilitadora de Justiça Restaurativa desde 2006, em Juizados Especiais Criminais e Varas da Violência Doméstica e familiar contra a mulher do TJBA. Coordena a equipe Multidisciplinar de Justiça Restaurativa do Núcleo de 2º grau do TJBA.

### **Bruno de Magalhães Oliveira Costa**

Advogado, Administrador de Empresas e Professor de graduação e pós-graduação com atuação profissional na área de Direito Empresarial, Direito Civil, Direito Internacional do Comércio, Direito Econômico Concorrencial e Administrativo Econômico, nas searas nacional e internacional. É Mestre em Direito Governança e Políticas Públicas pela Universidade Salvador (UNIFACS). É MBA Executivo em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FVG). Pós-graduado com especialização em Direito do Estado pela Instituição Jus Podivm. É International Business Management pelo Massachusetts Institute of Business ? MIB/ABRACOMEX. É autor do livro

Direito Internacional e a Jus Cogens Nos Mecanismos de Soluções de Controvérsias Empresariais: Com Abordagem da Organização Mundial do Comércio; É idealizador, organizador e Coautor do livro Governança Corporativa e Políticas Públicas Volume 1. É Coautor do livro Dignidade da Pessoa Humana Estudos para além do Direito, 3º Vol. É Consultor Jurídico do Instituto Innovare no Estado da Bahia. É Mentoring Compliance Expert (MCE2-JGC) e Analista de Compliance Sênior (ACS-JGC). É Administrador Judicial com formação em Recuperação Judicial e Falência pelo Instituto Brasileiro de Administração Judicial (IBAJUD/BrJ). É Empreendedor Líder Coach e International Life Professional Coach (Profiler DISC Analista de Mapeamento de Perfil Comportamental) pela BRASCOACHING e SOLIDES LCC; International Executive Coach pela BRASCOACHING e Pela NEURO-SEMANTICS (International Society of Neuro-Semantics Actualizing Excellence). Ex-Membro do Comitê Jurídico da AMCHAM - American Chamber of Commerce em Salvador/BA. Ex-Diretor da Associação Brasileira de Advogados (ABA) em Salvador/BA. Ex-Membro Efetivo do IBDEE - Instituto Brasileiro de Direito e Ética Empresarial. Ex-membro da Câmara Empresarial de Comércio Argentina-Bahia (CECAB). Possui formação de extensão em: Gestão da Propriedade Intelectual pela World Intellectual Property Organization (WIPO); Tendências em Gerenciamento de Projetos pela FGV; Compliance pela FGV; Compliance, Governança e Risco, pela FBD - Faculdade Baiana de Direito; OMC - Organização Mundial do Comércio pelo CEDIN - Centro de Estudo de Direito Internacional; Propriedade Intelectual pela World Intellectual Property Organization (WIPO); Fundamentos da Integração Regional - MERCOSUL, pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB); Licitações pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB); Direito Internacional e Justiça Restaurativa pela UC - Universidade de Coimbra / Portugal. É palestrante e autor de artigos jurídicos. (Texto informado pelo autor)

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, RESOLUÇÃO 351, de 28 de outubro de 2020. Conselho Nacional de Justiça. Disponível em : <https://atos.cnj.jus.br/files/original192402202011035fa1ae5201643.pdf>

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA NETO, Joaquim Domingos. Juizados Especiais Criminais: Uma Visão da Nova Justiça Criminal.

HONÓRIO, Maria do Carmo e OLIVEIRA, José Anselmo de (Org.). Sistema dos Juizados Especiais. Campinas: Millennium. 2012. A TARDE. Namoro desfeito acaba em tragédia. Ano 92. Nº 31.548, página 8. Salvador. Terça-feira, 23 de agosto de 2005.

AZEVEDO, André Gomma de. (Org.) Manual de Mediação Judicial. Brasília/DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. 2009. ——. O Componente de Mediação Vítima-Ofensor na Justiça Restaurativa: Uma Breve Apresentação de uma Inovação Epistemológica na Autocomposição Penal. In.: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; PINTO, R. Gomes (Org.). Justiça Restaurativa. Brasília – DF: Ministério da Justiça e PNUD. 2005.

AZEVEDO, Rodrigo G. de. O Paradigma Emergente em seu Labirinto: Notas para o Aperfeiçoamento dos Juizados Especiais Criminais. In.: WUNDERLICH, Alexandre e CARVALHO, Salo de (Org.) Novos Diálogos sobre os Juizados Especiais Criminais. Rio de Janeiro: Lumen Júris. 2005. BRAITHWAITE, John and ROCHE, D. Responsibility and Restorative Justice. In:

BAZEMORE, G. and SCHIFF, M. Restorative Community Justice: Repairing Harm and Transforming Communities. New York: Anderson Publications, 2011. 151 ----. Restorative Justice and Responsive Regulation. New York: Oxford. 2002.

BUZZI, Marco Aurélio Gastaldi e HONÓRIO, Maria do Carmo (Orgs.). Juizados Especiais 15 anos de Debates e Reflexões. São Paulo: Fiúza. 2010. CORREIO DA BAHIA. Homem se mata após assassinar a ex-namorada. Ano XXVI. N.º 08369, página 7. Salvador. Terça-feira, 23 de agosto de 2005.

COSTA, Artur F. Guimarães de Jesus. A Justiça Restaurativa no Ordenamento Jurídico Brasileiro. 2008. 99 f. Monografia. Pós-Graduação *Latu Senso* em Ciências Criminais). Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2008.

CUSTÓDIO, Leonardo Rulian. O Poder Judiciário em Crise dando Margem a Formas Alternativas de Resolução de Conflitos. 2002. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas). Universidade Paulista. Campinas. 2002.

DOS SANTOS, Cristiane Araújo. Justiça Restaurativa: uma resposta diferenciada para os problemas criminais. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídico-Criminais). Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Coimbra. 2008.

ESCOLA DE MAGISTRADOS DA BAHIA/Núcleo de Justiça Restaurativa do TJ/BA. Curso de Formação em Justiça Restaurativa, Mediação Penal, Prevenção da Violência e Direitos Humanos. Credenciado pela Portaria nº 114, de 13/12/2010, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Salvador. 2010. Anexo C e CD com a programação, aulas, vídeos e filmes que integram o currículo do curso.

FERREIRA, Francisco Amado. Justiça Restaurativa Natureza, Finalidades e Instrumentos. Coimbra: Coimbra. 2006.

GOMES PINTO, Renato Sócrates. Justiça Restaurativa é Possível no Brasil? In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; PINTO, R. Gomes (Org.). Justiça Restaurativa. Brasília-DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Para o Desenvolvimento – PNUD. 2005. p. 28. 152

GOULART, Maria Cristina Vianna. A Compreensão do Sujeito Humano segundo a Sociologia e a Psicanálise. In: Curso de Formação em Justiça Restaurativa, Mediação Penal, Prevenção da Violência e Direitos Humanos. 10º. 2012. Extensão do 2º JECRIM – Largo do Tanque. Salvador. 2012.

GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; LAGRASTA NETO, Caetano. Mediação e Gerenciamento do Processo: Revolução na Prestação Jurisdicional. São Paulo: Atlas. 2007. p. 3 a 4.

HOFFMAN, Gene Knudsen; MONROE, Cynthia e GREEN, Leah. Escuta Compassiva. In: Transformação de Conflitos. Tradução: Márcia Gama. Santa Bárbara, California: The Institute for Cooperative Communication Skills. 2006. Disponível em: [www.comunicarmelhor.org](http://www.comunicarmelhor.org). Acesso em: 27 jan 2007.

HONÓRIO, Maria do Carmo e OLIVEIRA, José Anselmo de (Orgs.). Sistema dos Juizados Especiais. Campinas /SP: Millennium. 2012.

JACCOUD, Mylène. Princípios, Tendências e Procedimentos que Cercam a Justiça Restaurativa. In.: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; PINTO, R. Gomes (Org.). Justiça Restaurativa. Brasília – DF: Ministério da Justiça e PNUD. 2005. p.163 a 182.

MARTINEZ, Francisco J. e BARLETTA, Haydeé (org.), Mediación: Proyecto Piloto. (Buenos Aires – Secretaria de Justicia. Ministerio de Justicia de La Nacion).1995. MCCOLD, Paul e WACHTEL, Ted. Em Busca de um Paradigma: Uma Teoria de Justiça Restaurativa. In: XIII Congresso Mundial de Criminologia. 2003. Rio de Janeiro. Disponível em: Acesso: 13 mar 2006.

[http://restorativepractices.org/library/paradigm\\_port.html](http://restorativepractices.org/library/paradigm_port.html) . Acesso em 01 mai 2008. MORRIS, Alisson. Criticando os Críticos. Uma Breve Resposta aos Críticos da Justiça Restaurativa. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; PINTO, R. Gomes (Org.). Justiça Restaurativa. Brasília-DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Para o Desenvolvimento – PNUD. 2005. p. 439 a 464.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino. Juizados Especiais Criminais: é possível se garantir a democratização e qualificação do acesso à Justiça por essa via? Garantir o acesso com qualidade. Curso de Capacitação de Facilitadores para Justiça Restaurativa, Mediação Penal, Prevenção da Violência e Direitos Humanos. 2º. 2010. EMAB. Salvador.

NÚCLEO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DO TJ/BA. ARTE NO JUIZADO CRIMINAL. Fotos: Andréa Lago. Apoio Cultural: CASA DE CULTURA CAROLINA TABOADA. Disponível em: [www.casataboada.com.br](http://www.casataboada.com.br) Acesso em 23 out 10. PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. Justiça Restaurativa: da Teoria à Prática. São Paulo: IBCCRIM. 2009. 153

SALIBA, Marcelo Gonçalves. Justiça Restaurativa e Paradigma Punitivo. Curitiba: Juruá. 2009.

SANTANA, Selma Pereira de. Justiça Restaurativa A reparação como consequência jurídicopenal autônoma do delito. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2010. -----. A Justiça Restaurativa: um resgate, ainda que tardio, das vítimas de delitos. In.: De Jure – Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional. Belo Horizonte: 2009.

SANTOS, Jonny Maikel dos. Justiça Restaurativa: Aspectos Teóricos e Análise das Práticas do 2.º Juizado Criminal do Largo do Tanque – Salvador, Ba. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado Profissional de Segurança Pública, Justiça e Cidadania). Faculdade de Direito. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2014.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. 4ª edição revista e atualizada. São Paulo: Revista dos Tribunais. São Paulo. 2012.

SICA, Leonardo. Justiça Restaurativa e Mediação Penal: o novo modelo de justiça criminal e de gestão do crime. Revista do Ministério Público Militar. N.º 21, Abr. 2010. Brasília: Procuradoria Geral de Justiça Militar. -----. Bases para o Modelo Brasileiro de Justiça Restaurativa. Revista do Ministério Público Militar. Ano 36, nº 21 (abr. 2010). Brasília: Procuradoria Geral de Justiça Militar. 2010.

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA. I. 2005. Araçatuba/São Paulo. Carta de Araçatuba. Disponível em: Acesso em: 30 mai 2014.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. Devido Processo Legal: Uma Visão Pós-Moderna. Salvador: JusPodivm. 2008.

SOUZA, Asiel Henrique de, e VIZA, Ben-Hur. Proposta de Projeto de Institucionalização da Justiça Restaurativa, com análise das condições necessárias para a sua realização. 1º Juizado Especial de Competência Geral do Núcleo Bandeirante. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Brasília/DF. 2006.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA. Cartilha do Núcleo de Justiça Restaurativa – Extensão de 2º Juizado Especial Criminal do Largo do Tanque. Salvador. 2010. Disponível em: Acesso em: 05 mai 2013.

VARGAS, Lúcia Dias. Julgados de Paz e Mediação – uma nova face da justiça. Coimbra: Livraria Almedina. 2006.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas: Modelos, Processos, Ética e Aplicações. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método. 2012.

VEZZULA, Juan Carlos. A mediação. O Mediador. A Justiça e outros Conceitos. In: OLIVEIRA, Ângela (Coord.). Métodos de Resolução de Controvérsias. São Paulo: LTr. 1999.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Direito Penal Brasileiro: primeiro volume -Teoria Geral do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan. 2003.

ZEHR, Howard. Trocando as Lentes: Um Novo Foco sobre o Crime e a Justiça. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena. 2008.

- American Educational Research Association, American Psychological Association, & National Council on Measurement in Education. (2014). Standards for educational and psychological testing Washington, DC: Author.
- ATKINSON, T. N., & Butler, J. W. (2012). From regulation to virtue: A critique of ethical formalism in research organizations. *Journal of Research Administration*, 43(1), 17-32. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300014>; <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300014>
- BANDURA, A. (1977). *Social learning theory* Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- BARCLAY, L. A., Markel, K. S., & Yugo, J. E. (2012). Virtue theory and organizations: Considering persons with disabilities. *Journal of Managerial Psychology*, 27(4), 330-346. <http://dx.doi.org/10.1108/02683941211220153>» <https://doi.org/10.1108/02683941211220153>
- BORSA, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: algumas considerações. *Paidéia*, 22(53), 423-432. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103863X2012000300014>; <https://doi.org/10.1590/S0103863X2012000300014>
- BROWN, T. A. (2015). *Confirmatory factor analysis for applied research* New York: The Guilford Press.
- BYRNE, B. M. (2012). *Structural equation modeling with Mplus: Basic concepts, applications, and programming* New York: Taylor & Francis.
- CAMERON, K. (2011). Responsible leadership as virtuous leadership. *Journal of Business Ethics*, 98(1), 25-35. <http://dx.doi.org/10.1007/s10551-011-1023-6> » <https://doi.org/10.1007/s10551-011-1023-6>
- CERVO, C. S., Mónico, L. S. M., Santos, N. R., Hutz, C. S., & Pais, C. (2016). Authentic Leadership Questionnaire: Invariance between samples of Brazilian and Portuguese employees. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 29(40), 1-11. <http://dx.doi.org/10.1186/s41155-016-0046-4>; » <https://doi.org/10.1186/s41155-016-0046-4>
- COHEN, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.). Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.
- CROSSAN, M., Mazutis, D., & Seijts, G. (2013). In search of virtue: The role of virtues, values, and character strengths in ethical decision making. *Journal of Business Ethics*, 113(4), 567-581. <http://dx.doi.org/10.1007/s10551-013-1680-8>; » <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1680-8>
- DANIELS, K. (2000). Measures of five aspects of affective well-being at work. *Human Relations*, 53(2), 275-294. <http://dx.doi.org/10.1177/a010564>; » <https://doi.org/10.1177/a010564>
- FERREIRA, M. C., Silva, A. P. C., FERNANDES, H. A., & Almeida, S. P. (2008). Desenvolvimento e validação de uma escala de afetos no trabalho (ESAFE). *Avaliação Psicológica*, 7(2), 143-150. Recuperado em maio 1, 2017, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712008000200005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712008000200005&lng=pt&tlng=pt); [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712008000200005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712008000200005&lng=pt&tlng=pt)
- HACKETT, R. D., & Wang, Q. (2012). Virtues and leadership: An integrating conceptual framework founded in Aristotelian and Confucian perspectives on virtues. *Management Decision*, 50(5), 868-899. <http://dx.doi.org/10.1108/00251741211227564> » <https://doi.org/10.1108/00251741211227564>
- HART, D. (2001). Administration and the ethics of virtue: In all things, choose first for good character and then for technical expertise. In T. L. Cooper (Ed.), *Handbook of administrative ethics* (pp. 131-50). New York: Marcel Dekker.
- KILBURG, R. R. (2012). *Virtuous leaders: Strategy, character, and influence in the 21st century* Washington, DC: American Psychological Association.
- PETERSON, C., & Seligman, M. E. P. (2004). *Character strengths and virtues: A handbook and*

classification Washington, DC: American Psychological Association.

PETERSON, S. J., Walumbwa, F. O., Avolio B. J., & Hannah, S. T. (2012). The relationship between authentic leadership and follower job performance: The mediating role of follower positivity in extreme contexts. *The Leadership Quarterly*, 23(3), 502-516.

<http://dx.doi.org/10.1016/j.leaqua.2011.12.004>; <https://doi.org/10.1016/j.leaqua.2011.12.004>

Rosenberg, M. B. (2021). *Comunicação não violenta - Nova edição*. Editora Ágora.2000.

Vieira, Rafaella de Andrade, Palacios, Katia Elizabeth Puente. O Impacto da Liderança nos Comportamentos de Aprendizagem das Equipes de Trabalho. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* DOI: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e39509.pt2023>, v.39.

**Desembargador Mário Augusto  
Albiani Alves Júnior**  
Diretor-Geral da Universidade  
Corporativa do TJBA

**Desembargadora Joalice Maria  
Guimarães de Jesus**  
Coordenadora Pedagógica do Curso

**Paulo Roberto Santos de Oliveira**  
Coordenador-Geral da  
Universidade Corporativa do TJBA

**Marcus Vinícius Fernandes**  
Secretário-Geral da Universidade  
Corporativa do TJBA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DA BAHIA



Comissões de Prevenção  
e Enfrentamento do  
**Assédio Moral, do  
Assédio Sexual  
e da Discriminação**

1º e 2º Grau

## Curso de Capacitação de Gestores do Tribunal de Justiça

### PROJETO DE CURSO

#### INFORMAÇÕES DA ESCOLA:

**Nome da Escola:** Universidade Corporativa – UNICORP

**Natureza da Escola:** Escola Institucional, integrante da estrutura do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

**Endereço:** 5ª Avenida do CAB nº 560, anexo 2, 5ª andar, CEP 404425-060, Salvador – BA.

**Telefones:** (71) 3483-3811 / 3483-3819

**Endereço Eletrônico:** <http://unicorp.tjba.jus.br/unicorp/>

#### Responsáveis Técnicos da Escola:

Coordenador-Geral: Juiz Paulo Roberto Santos de Oliveira

Secretário-Geral: Marcus Vinícius Fernandes

Coordenadora Pedagógica: Priscilla Viana Fortunato

Diretor da Escola: Desembargador Mário Augusto Albiani Júnior

Mandato do Diretor: 2022 – 2024

### IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

**Nome do Curso:** Curso de gestão para prevenção e combate de condutas assediosas e discriminatórias

**Natureza:** Curso de Capacitação e Formação Continuada na carreira.

**Coordenadora Pedagógica do Curso:** Desa. Joalice Maria Guimarães de Jesus

**Modalidade:** ( X ) Presencial ( ) À Distância

**Público alvo:** Gestores das Unidades Administrativas e Judiciárias do TJBA

**Carga horária:** 12 horas

**Número de vagas:** 30

**Período de inscrição:** inscrição via convocação

**Período de realização:** conforme cronograma anexo.

**Local de realização:** Sede da UNICORP

## VISÃO GERAL

### EMENTA

#### Módulo I

Gestão de pessoas, influência no ambiente organizacional e importância nos resultados alcançados. Conceito, poderes, funções, aplicabilidade e estilos de liderança na gestão de pessoas. Desenvolvimento de competências e sua aplicabilidade.

#### Módulo II

Assédio e discriminação nas convenções internacionais e na CF/88. Legislação infraconstitucional e Resolução 351/2020 do CNJ. Conceito, modalidades e características do assédio e da discriminação. Consequências para a vítima, a sociedade e o poder público. Meios probatórios do assédio e da discriminação. Tipificação penal. O delito de *Stalking*. Assédio moral no setor público.

#### Módulo III

Liderança positiva e liderados engajados; comunicação não violenta interpessoal e motivação no trabalho. Dinâmica de constituição de equipes de alto desempenho e alta produtividade. Do comprometimento a confiança através da valorização do sujeito com o exercício humanizado de poder na gestão participativa. A incorporação de práticas restaurativas no ambiente de trabalho.

## JUSTIFICATIVA

Diante da Resolução n.º 351/2020 do Conselho Nacional de Justiça, instituiu-se a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Âmbito do Poder Judiciário, fomentando tribunais estaduais a adotarem medidas que suplantem o exercício abusivo do poder administrativo, caracterizado por ações persistentes e desproporcionais ao sujeito e que afetam as relações sociais e trabalhistas.

Em 09 de março de 2022, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia publicou o Decreto Judiciário n.º 214, instituindo uma Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e outras Formas de Discriminação em cada grau de jurisdição e, em seguida, foram editados os Decretos Judiciários 372 e 373, ambos de 05 de maio de 2022 que designaram, respectivamente, os membros das Comissões de 2º e 1º Graus de Poder Judiciário Baiano.

Nesse cenário, o curso proposto pelas Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao assédio moral, assédio sexual e outras formas de discriminação do Estado da Bahia busca fomentar a construção de ambientes produtivos, saudáveis e com Qualidade de Vida no Trabalho.

Para tal intento, o presente curso de capacitação contará com a participação de profissionais das áreas de: Administração, Direito e Psicologia, que ministrarão aulas teóricas e práticas nas áreas mais modernas da Gestão de Pessoas e de Processos visando construir uma nova mentalidade no ambiente organizacional, em face de princípios como a humanidade, o respeito e a dignidade humana.

## OBJETIVO GERAL

**Promover** competências relacionadas à gestão de pessoas, com a melhoria do ambiente organizacional e das relações interpessoais entre os servidores e também os cidadãos jurisdicionados.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conscientizar os magistrados quanto às ações de prevenção e combate às condutas discriminatórias e de assédio, moral ou sexual;
- Aprimorar a gestão de pessoas que se encontrem sob a responsabilidade do magistrado;
- Estimular a adesão a condutas e políticas preventivas a todas as formas de assédio e discriminação, como reflexo do compromisso institucional com a Agenda 2030 da ONU;
- Reconhecer condutas que possam evidenciar comportamento assediado ou discriminatório e adotar meios para preveni-las e combatê-las no ambiente institucional.

## METODOLOGIA

O curso será realizado de forma presencial, na sede da UNICORP, e contará com aulas expositivas dialogadas, além de etapa vivencial específica com a participação dos discentes em atividades organizadas e estimuladas pelos docentes.

## ATUAÇÃO DOS DOCENTES

1. Ser um agente de engajamento entre os discentes e o curso;
2. Atender as demandas dos discentes com relação as dúvidas que vier surgir sobre o curso ou as aulas;
3. Estimular o desenvolvimento de novas capacidades e melhorar as competências dos gestores.

## RESPONSABILIDADE DO DISCENTE

1. Frequentar as aulas regularmente, observada a exigência mínima de participação com vistas à obtenção de certificado;
2. Observar o prazo do envio da atividade a ser postada;
3. Executar as atividades solicitadas pelo docente.

**ESTRUTURA DO CURSO**

<b>Data/ Horário</b>	<b>Temática</b>	<b>Metodologia Ativas</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Formador</b>	<b>C.H</b>
	Módulo I: Administração	Aula expositiva dialogada	Presencial	Ms. Bruno de Magalhães Oliveira Costa	4
	Módulo II: Direito	Aula expositiva dialogada	Presencial	Dra Ana Barbuda e Dra Daniela Gonzaga	4
	Módulo III: Psicologia	Aula expositiva dialogada	Presencial	Ms. Cristina Goulart	4

**CONTEUDO PROGRAMÁTICO****Módulo I****Carga horária: 4h**

**Conteúdo Programático:** Gestão de pessoas, influência no ambiente organizacional e importância nos resultados alcançados. Conceito, poderes, funções, aplicabilidade e estilos de liderança na gestão de pessoas. Desenvolvimento de competências e sua aplicabilidade.

**Metodologia:**

- Aula Expositiva Dialogada
- Apresentação e desenvolvimento do conteúdo

**Atividade:**

Proposição de contextos organizacionais para análise de elementos da administração e da gestão, bem como formas de gerir em face das práticas modernas e estratégias corporativas.

**Material pedagógico:**

1. Textos selecionados
2. Fichas de competências
3. Formulários de objetivos da gestão

**Docente: Prof. Bruno de Magalhães Oliveira Costa**

## **Módulo II**

**Carga horária: 4h**

### **Conteúdo Programático:**

Assédio e discriminação nas convenções internacionais e na CF/88. Legislação infraconstitucional e Resolução 351/2020 do CNJ. Conceito, modalidades e características do assédio e da discriminação. Consequências para a vítima, a sociedade e o poder público. Meios probatórios do assédio e da discriminação. Tipificação penal. O delito de *Stalking*. Assédio moral no setor público.

### **Metodologia:**

As aulas são expositivas com exemplos de aplicação prática de cada caso. Para uma maior assimilação são propostos questionários e problemas práticos para desenvolvimento e debate.

### **Atividade:**

Desenvolvimento de competências e habilidades através de debates e proposição de análise de determinados eventos apresentados em sala.

### **Material pedagógico:**

- Textos selecionados
- Catálogo de leis
- Jurisprudências sobre assédio moral, sexual e discriminação

**Docente: Dra Ana Conceição Barbuda / Dra Daniela Gonzaga**

## **Módulo III**

**Carga horária: 4h**

### **Conteúdo Programático:**

Liderança do sec. XXI: positiva e liderados engajados; Comunicação não violenta na liderança e engajamento no trabalho. Dinâmica de constituição de equipes de alto desempenho e alta produtividade. Do comprometimento a confiança através da valorização do sujeito com o exercício humanizado de poder na gestão participativa. Os efeitos das práticas restaurativas no ambiente de trabalho.

### **Metodologia:**

Exposição participada e dialógica, desenvolvimento do conhecimento através de vivências e práticas integrativas. Estudo de casos.

**Atividade:**

Consiste em metodologia teórico-prático-vivencial, na qual os participantes desenvolverão competências e habilidades em interação com o grupo. Princípios éticos e epistemológicos humanitários como base das atividades.

**Material pedagógico:**

Textos, artigos e livros em PDF

Vídeos

Recursos audiovisuais

**Docente: Ms. Maria Cristina Vianna Goulart**

**SISTEMA DE AVALIAÇÃO****1. Avaliação do aluno**

Será realizada através das participações dialógicas durante as aulas.

**2. Autoavaliação**

Após o término das aulas, o discente terá acesso a um questionário, através da plataforma institucional, com perguntas de avaliação pessoal com relação ao curso e aprendizado. O aluno seguirá um critério de avaliação através de um formulário que consta; A) bom B) muito bom C) regular D) insuficiente e um registro reflexivo com tais perguntas: O que agregou? Como será útil? Como ele vai contribuir após esse curso?

**3. Avaliação de Reação**

Ao final do curso, será aplicada a avaliação, conforme documento anexo.

**FREQUÊNCIA**

Será computada mediante a presença, exigindo-se o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) para ter o certificado de conclusão.

**FORMADORES / DOCENTES**

**Ana Conceição Barbuda Sanches Guimarães Ferreira**

Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio moral, Assédio sexual e outras formas de discriminação do 1º Grau do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Pós-doutora em direito pela UFBA. Doutora em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em Novos Direitos pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador.

Pós-graduada em Civil e Processo Civil da Faculdade Baiana de Direito. Pós-graduada em Relações Familiares e Contextos Sociais pela UCSAL. Pós-graduada em Direito Canônico pela UCSal e Pós-graduada em Atividade Judicante pela UFBA. Pós-graduada em Atividade notarial e registrar. Exerce desde o ano de 1990 o cargo de magistrada na Bahia. Foi Professora de Direito Constitucional e Direito Civil e Direito Processual Civil da Universidade Católica do Salvador. Desenvolve Atividade de Docência na Escola Nacional de Magistrados (ENFAM) como Formadora e na Escola de Magistrados da Bahia (EMAB) e Unicorp. Foi Juíza Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça do Estado da Bahia responsável pelos Serviços Extrajudiciais e Juíza Assessora da vice-presidência do TJBA, responsável pela sessão de Recursos. Atualmente, exerce função judicante na 6a. Turma Recursal da Fazenda Pública em Salvador. Coordenadora do Núcleo de Gestão de Demandas de Massa (NUGEDM) do TJBA. Membro do Centro de Inteligência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (CIJEB) Integrante da EMN Escola da magistratura Nacional.

### **Daniela Guimarães Andrade Gonzaga**

Mestra em Segurança Pública, Justiça e Cidadania pela UFBA. Pós-graduada em Direito Civil e Processo Civil da Faculdade Baiana de Direito. Pós-graduada em Tutela dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos pela Universidade da Amazônia. Exerce desde o ano de 1996 o cargo de magistrada na Bahia. Foi Juíza Auxiliar da Corregedoria das Comarcas do Interior do Estado da Bahia no biênio 2008-2009 e Presidente da Comissão Estadual de Adoção Internacional. Atualmente, exerce função judicante na 6ª Vara de Relações de Consumo em Salvador. Membro da CEJAI/BA. Integrante da Comissão de 1º grau de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

### **Maria Cristina Vianna Goulart**

Maria Cristina Vianna Goulart Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador (2006). Docente no curso de Capacitação de Facilitadores no curso de Justiça Restaurativa, pelo Tribunal de Justiça da Bahia, desde 2007. Coordenadora da Equipe Multidisciplinar do Programa de Justiça Restaurativa do TJBA. Psicanalista, associada ao Instituto de Psicanálise da Bahia desde 2010. Coordenadora e supervisora do Serviço de Psicologia da Faculdade FTC - Salvador, 2007-2011. Coordenadora da Clínica Escola da Faculdade do Santíssimo Sacramento de Alagoinhas e como também professora e supervisora de Estágio Específico I e II em Psicanálise, 2011-2015. Professora e supervisora de Estágio em Psicanálise com crianças e Psicanálise na Interface com a Justiça de no Centro Universitário Jorge Amado de 2014-2018. Coordenadora do Curso de Psicologia Jurídica e Mediação de Conflitos na Universidade do Salvador- BA desde 2018. Coordenação no curso de Bacharel em Psicologia da Fundação Visconde de Cairu, desde junho de 2018 a julho de 2022. Professora do curso de Bacharel em Psicologia Professora de Psicologia Jurídica. Supervisora de Estágio Clínica Psicanalítica. Atua como Perita e Facilitadora de Justiça Restaurativa desde 2006, em Juizados Especiais Criminais e Varas da Violência Doméstica e familiar contra a mulher do TJBA. Coordena a equipe Multidisciplinar de Justiça Restaurativa. do Núcleo de 2º grau do TJBA.

## **Bruno de Magalhães Oliveira Costa**

Advogado, Administrador de Empresas e Professor de graduação e pós-graduação com atuação profissional na área de Direito Empresarial, Direito Civil, Direito Internacional do Comércio, Direito Econômico Concorrencial e Administrativo Econômico, nas searas nacional e internacional. É Mestre em Direito Governança e Políticas Públicas pela Universidade Salvador (UNIFACS). É MBA Executivo em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FVG). Pós-graduado com especialização em Direito do Estado pela Instituição Jus Podivm. É International Business Management pelo Massachusetts Institute of Business / MIB/ABRACOMEX. É autor do livro Direito Internacional e a Jus Cogens Nos Mecanismos de Soluções de Controvérsias Empresariais: Com Abordagem da Organização Mundial do Comércio; É idealizador, organizador e Coautor do livro Governança Corporativa e Políticas Públicas Volume 1. É Coautor do livro Dignidade da Pessoa Humana Estudos para além do Direito, 3º Vol. É Consultor Jurídico do Instituto Innovare no Estado da Bahia. É Mentoring Compliance Expert (MCE2-JGC) e Analista de Compliance Sênior (ACS-JGC). É Administrador Judicial com formação em Recuperação Judicial e Falência pelo Instituto Brasileiro de Administração Judicial (IBAJUD/BrJ). É Empreendedor Líder Coach e International Life Professional Coach (Profiler DISC Analista de Mapeamento de Perfil Comportamental) pela BRASCOACHING e SOLIDES LCC; International Executive Coach pela BRASCOACHING e Pela NEURO-SEMANTICS (International Society of Neuro-Semantics Actualizing Excellence). Ex-Membro do Comitê Jurídico da AMCHAM - American Chamber of Commerce em Salvador/BA. Ex-Diretor da Associação Brasileira de Advogados (ABA) em Salvador/BA. Ex-Membro Efetivo do IBDEE - Instituto Brasileiro de Direito e Ética Empresarial. Ex-membro da Câmara Empresarial de Comércio Argentina-Bahia (CECAB). Possui formação de extensão em: Gestão da Propriedade Intelectual pela World Intellectual Property Organization (WIPO); Tendências em Gerenciamento de Projetos pela FGV; Compliance pela FGV; Compliance, Governança e Risco, pela FBD - Faculdade Baiana de Direito; OMC - Organização Mundial do Comércio pelo CEDIN - Centro de Estudo de Direito Internacional; Propriedade Intelectual pela World Intellectual Property Organization (WIPO); Fundamentos da Integração Regional - MERCOSUL, pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB); Licitações pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB); Direito Internacional e Justiça Restaurativa pela UC - Universidade de Coimbra / Portugal. É palestrante e autor de artigos jurídicos

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BRASIL, RESOLUÇÃO 351, de 28 de outubro de 2020. Conselho Nacional de Justiça. Disponível em : <https://atos.cnj.jus.br/files/original192402202011035fa1ae5201643.pdf>

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- American Educational Research Association, American Psychological Association, & National Council on Measurement in Education. (2014). Standards for educational and psychological testing Washington, DC: Author.
- ATKINSON, T. N., & Butler, J. W. (2012). From regulation to virtue: A critique of ethical formalism in research organizations. *Journal of Research Administration*, 43(1), 17-32. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300014>; <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300014>
- BANDURA, A. (1977). *Social learning theory* Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- BARCLAY, L. A., Markel, K. S., & Yugo, J. E. (2012). Virtue theory and organizations: Considering persons with disabilities. *Journal of Managerial Psychology*, 27(4), 330-346. <http://dx.doi.org/10.1108/02683941211220153> » <https://doi.org/10.1108/02683941211220153>
- BORSA, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: algumas considerações. *Paidéia*, 22(53), 423-432. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103863X2012000300014>; <https://doi.org/10.1590/S0103863X2012000300014>
- BROWN, T. A. (2015). *Confirmatory factor analysis for applied research* New York: The Guilford Press.
- BYRNE, B. M. (2012). *Structural equation modeling with Mplus: Basic concepts, applications, and programming* New York: Taylor & Francis.
- CAMERON, K. (2011). Responsible leadership as virtuous leadership. *Journal of Business Ethics*, 98(1), 25-35. <http://dx.doi.org/10.1007/s10551-011-1023-6> » <https://doi.org/10.1007/s10551-011-1023-6>
- CERVO, C. S., Mónico, L. S. M., Santos, N. R., Hutz, C. S., & Pais, C. (2016). Authentic Leadership Questionnaire: Invariance between samples of Brazilian and Portuguese employees. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 29(40), 1-11. <http://dx.doi.org/10.1186/s41155-016-0046-4>; » <https://doi.org/10.1186/s41155-016-0046-4>
- COHEN, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.). Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.
- CROSSAN, M., Mazutis, D., & Seijts, G. (2013). In search of virtue: The role of virtues, values, and character strengths in ethical decision making. *Journal of Business Ethics*, 113(4), 567-581. <http://dx.doi.org/10.1007/s10551-013-1680-8>; » <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1680-8>
- DANIELS, K. (2000). Measures of five aspects of affective well-being at work. *Human Relations*, 53(2), 275-294. <http://dx.doi.org/10.1177/a010564>; » <https://doi.org/10.1177/a010564>
- FERREIRA, M. C., Silva, A. P. C., FERNANDES, H. A., & Almeida, S. P. (2008). Desenvolvimento e validação de uma escala de afetos no trabalho (ESAFE). *Avaliação Psicológica*, 7(2), 143-150. Recuperado em maio 1, 2017, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712008000200005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712008000200005&lng=pt&tlng=pt); [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712008000200005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712008000200005&lng=pt&tlng=pt)
- HACKETT, R. D., & Wang, Q. (2012). Virtues and leadership: An integrating conceptual framework founded in Aristotelian and Confucian perspectives on virtues. *Management Decision*, 50(5), 868-899. <http://dx.doi.org/10.1108/00251741211227564> » <https://doi.org/10.1108/00251741211227564>
- HART, D. (2001). *Administration and the ethics of virtue: In all things, choose first for good*

character and then for technical expertise. In T. L. Cooper (Ed.), Handbook of administrative ethics (pp. 131-50). New York: Marcel Dekker.

KILBURG, R. R. (2012). Virtuous leaders: Strategy, character, and influence in the 21st century Washington, DC: American Psychological Association.

PETERSON, C., & Seligman, M. E. P. (2004). Character strengths and virtues: A handbook and classification Washington, DC: American Psychological Association.

PETERSON, S. J., Walumbwa, F. O., Avolio B. J., & Hannah, S. T. (2012). The relationship between authentic leadership and follower job performance: The mediating role of follower positivity in extreme contexts. *The Leadership Quarterly*, 23(3), 502-516.  
<http://dx.doi.org/10.1016/j.leaqua.2011.12.004>; <https://doi.org/10.1016/j.leaqua.2011.12.004>

Rosenberg, M. B. (2021). *Comunicação não violenta - Nova edição*. Editora Ágora.2000.

Vieira, Rafaella de Andrade, Palacios, Katia Elizabeth Puente. O Impacto da Liderança nos Comportamentos de Aprendizagem das Equipes de Trabalho. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* DOI: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e39509.pt2023>, v.39.

**Desembargador Mário Augusto Albiani Alves Júnior**  
Diretor-Geral da Universidade Corporativa do TJBA

**Desembargadora Joalice Maria Guimarães de Jesus**  
Coordenadora Pedagógica do Curso

**Paulo Roberto Santos de Oliveira**  
Coordenador-Geral da Universidade Corporativa do TJBA

**Marcus Vinícius Fernandes**  
Secretário-Geral da Universidade Corporativa do TJBA